

O QUE SE DIZ SOBRE FIDELIDADE? UMA ANÁLISE DO CONTEXTO DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS

Melque da Costa Lima¹

Tiago Coimbra Nogueira²

1. Introdução

“O que é ser fiel”? Essa indagação apesar de já ter sido trabalhada por diversos autores ao pensarmos em sua resposta nos evidencia uma certa complexidade, principalmente ao falarmos sobre os profissionais tradutores e intérpretes de Língua de Sinais, pois atualmente vivenciam um processo novo de formação e profissionalização. Sabemos que as reflexões científicas auxiliam no embasamento teórico para a capacitação e aperfeiçoamento desses profissionais. Nesse cenário, pretendemos destacar a questão da fidelidade a partir das perspectivas que a literatura nos apresenta realizando uma análise textual de algumas produções científicas que orientem a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais.

Na primeira parte desse trabalho, apresentaremos quem é o profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, e porque essa atividade hoje vivencia um processo recente de formação e conseqüentemente de atuação mais formal, além disso, apresentamos de forma geral quais são as atividades e habilidades que esse profissional deve ter para a realização de seu ofício.

Na segunda parte, pretendemos de forma breve apresentar algumas proposições das teorias da tradução sobre a questão da fidelidade, a partir da perspectiva tradicional e da perspectiva contestadora.

Por fim, na terceira parte, procuramos caracterizar reflexões sobre a questão da fidelidade, através de uma análise textual, identificando o que se diz sobre a fidelidade, como ela foi apresentada aos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais a partir de três produções que abordam esse tema. Esses trabalhos e sua escolha serão apresentados posteriormente.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Professor da Universidade Federal do Amapá.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Tradutor e Intérprete da Universidade Federal de Santa Catarina.

2. Os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais- TILS

De modo geral, quando se fala nos TILS ainda muitas interrogações e questionamentos surgem, uma vez que, este profissional torna-se efetivamente necessário na comunidade surda para exercer suas competências e habilidades ao oferecer seus serviços aos surdos e ouvintes em diversos contextos sociais, como: em contextos educacionais, televisivos, em eventos de natureza científica ou religiosa. Sua atuação é extremamente preponderante e significativa.

O TILS não é uma figura nova nos contextos das comunidades surdas, historicamente sabemos que a maioria dos intérpretes aprendeu ou desenvolveu sua proficiência em Libras em ambientes religiosos, além dos contextos familiares, contudo somente no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que este profissional é descrito com maior detalhamento, especificando suas atribuições e uma atenção para exigências de sua formação. (LACERDA, 2010 pg. 135).

No atual momento, é nítida a evolução que vivemos ao falar desse profissional, essa evolução visa beneficiar e trazer ganhos essenciais para os TILS, e conseqüentemente para os surdos que são beneficiados ao receber profissionais mais qualificados para atender suas necessidades tradutórias. Contudo, mesmo com estes grandes avanços e com as contribuições acadêmicas científicas, é sabido que ainda há muito por fazer e estudar. É o que não acontece em outros Países, como por exemplo, nos Estados Unidos, onde, a realidade é muito diferente na área da interpretação de Línguas de Sinais se compararmos com o Brasil, que hoje engatinha na realização de formação e profissionalização dos TILS.

Para entendermos esse processo recente da formação e profissionalização dos TILS é preciso lembrar que apenas no ano de 2008 os TILS conseguiram organizar a Federação Brasileira das Associações de Tradutores Intérpretes e Guias- Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) com representatividade junto ao World Association of Sign Language Interpreters - WASLI (órgão internacional que representa TILS do mundo todo). (LACERDA 2010, pg. 138).

No mesmo ano a Universidade Federal de Santa Catarina abriu o primeiro curso de bacharel em Letras Libras que tem como objetivo oferecer uma formação específica para TILS. A primeira versão desse curso foi oferecida em 15 pólos simultaneamente pelo formato da educação a distancia, formando em 2012 em media 350 profissionais.

Ou seja, trata-se de ações recentes que passam a apoiar o profissional e colaborar para sua formação.

Essa situação colabora para que a profissão de TILS ganhe espaço nos mais variados âmbitos, bem como o reconhecimento da sua importância pelos representantes governamentais em nível municipal, estadual e federal. Os TILS para sua atuação necessitam aprender estratégias e competências para o melhor desempenho nas interpretações (NICOLOSO 2008). Em relação à Língua de Sinais, devem desenvolver a atenção, o olhar para os sinais e para o contexto que está sendo sinalizado. Nesse sentido, Quadros 2004 define quem é esse profissional:

É o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências internacionais). Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação. (QUADROS, 2004: 27-28).

Vale destacar, também, o fato que o domínio do texto oral e do texto escrito pressupõe diferentes habilidades, sendo que o tradutor e intérprete precisa não somente conhecer a língua, mas dominar as sutilezas, nuances e especificidades da expressão oral e escrita das línguas em que atua. (RODRIGUES, 2013, p. 38).

Especificamente ao se falar nas línguas de sinais, alguns aspectos ficam evidentes e precisam ser considerados como: as configurações das mãos, o espaço em que os sinais são produzidos, os movimentos, as expressões faciais, a orientação das mãos, esses são alguns dos elementos linguísticos que compõem as Línguas de Sinais, atribuindo a essas línguas um grau de complexidade do qual os intérpretes precisam ter domínio. Tal domínio é necessário também para o português, que possui estruturas gramaticais complexas e todas esses aspectos implicam no desempenho da interpretação que os intérpretes de Língua de Sinais realizam. (SANTOS 2006 p.29).

O convívio e a troca de experiências vividas com as pessoas surdas é outro aspecto de fundamental importância para a formação do intérprete de língua de sinais, pois este tem a oportunidade de participar de um ambiente linguístico e cultural de forma natural, onde a língua nativa é praticada constantemente, contribuindo para o seu

aprimoramento e fluência. (NICOLOSO 2008). Diante disso é possível entender como é complexa a atuação do TILS, Perlin (1998) contribui com essa discussão:

Quanto mais se reflete sobre a presença do intérprete de língua de sinais, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os TILS são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas, da identidade e da subjetividade, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade.

Com esse pensamento, propomos refletir sobre esse papel complexo da atuação TILS, levando em conta o que os estudos da tradução e as pesquisas sobre as Línguas de Sinais abordam sobre a questão da fidelidade. Entendemos que a profissionalização do TILS trata-se de um aspecto que não é facilmente estabelecido, para tanto é preciso uma reflexão teórica que favoreça que esses aspectos sejam apreendidos por aqueles que pretendem atuar como TILS.

3. Teorias da Tradução

Muitas teorias sobre tradução tocam na discussão da fidelidade, para fins de compreendermos melhor o que essas teorias tem a nos dizer, organizamos as reflexões sobre tradução baseada em duas grandes perspectivas, 1) perspectiva tradicional; e 2) perspectiva contestadora.

As teorias tradicionais trabalham com a idéia de uma “aderência” completa entre as línguas, restringindo a possibilidade da intervenção do tradutor no texto. Nessa visão, a tradução reproduz os valores do original, ou seja, busca-se uma fidelidade na forma.

Tradicionalmente concebe-se a tradução como a transmissão do mesmo sentido ou da mesma forma de um original em uma outra língua. Espera-se que uma tradução reproduza os valores do original em uma troca com equilíbrio, ou seja, que traga em uma segunda língua, equivalentes em sentido ou em forma dos presentes em uma primeira língua. (RODRIGUES, 2000, p. 91)

Rodrigues (2000) ressalta que esses pontos são considerados centrais desde os anos 50 até, pelo menos os 80, e apresenta alguns modelos de tradução, como por exemplo, o de Nida (1964/1966) e o de Catford (1965/1980), que colaboram para essa concepção em que a tarefa do tradutor seria transferir o significado supostamente inerente ao original para outra língua, sem nela interferir.

A tarefa do tradutor de acordo com tais princípios é produzir um texto o mais próximo possível do original e ficar invisível no texto traduzido, seria nesse caso, uma reprodução apenas de um código para outro. Nesse contexto até admite-se a subjetividade do tradutor, mas esta é tomada como um impedimento para a tradução considerada como ideal (MITTMANN, 2003, apud NETTO, 2008 pag23).

Desejando conhecer a profundidade da atuação dos tradutores podemos remeter um dos textos considerados clássicos da Teoria da Tradução, o ensaio “A tarefa do tradutor” de Walter Benjamin, um texto intrinsecamente contraditório. Mas essa característica da dualidade em sua compreensão faz com que possamos refletir sobre alguns aspectos que envolvem a tradução.

Benjamin(1923-2010) afirma que a tarefa do tradutor é de "salvar" a língua pura que estaria aprisionada numa obra estrangeira, e ao tradutor cabe libertar a língua através da sua nova criação. Para Benjamin a tradução é uma forma e para apreendê-la como tal é preciso retornar ao original. Pois nele reside a lei dessa forma. Ele considera o original como sagrado, sendo assim a função do tradutor seria de fazer com que se retorne o olhar para o texto original.

Falando dessa concepção e do período em que ela se estabelece Arrojo (1993) ressalta que nesta visão se tem o texto original como algo estável e imutável depositário das intenções e dos significados (conscientes, apenas) de um autor, recuperáveis apenas através da leitura, considerada, por sua vez, como um processo neutro.

É possível compreender que essa visão toma o sentido enquanto estável, transparente, algo dado, logo de fácil retomada, mas, com essa idéia a tarefa do tradutor seria apenas de decodificação da mensagem. O tradutor teria como ofício resgatar, de maneira ílesa, o sentido ou o conteúdo do texto, sem expor suas características pessoais na tradução.

Boito (2003) ressalta que, dessa maneira, o tradutor não é produtor de um texto seu e o ato de traduzir não é considerado recriação, mas algo inferior em relação ao “sagrado” texto original. Importa-nos destacar que essa perspectiva não leva em conta o contexto da produção da tradução, nem aspectos sócio-culturais e históricos.

Em oposição à perspectiva tradicional, temos a perspectiva contestadora, trazida por autores como Aubert (1989), Arrojo (1989/1993), Venuti (1992) entre outros que apontam que o contexto e produção da tradução, os fatores históricos e sócio-culturais, são essenciais ao processo tradutório.

Ainda segundo Boito (2013) a linha em que se baseia a discussão desses autores e a constante valorização do trabalho do tradutor, enquanto sujeito atuante, cuja sua subjetividade está presente no processo tradutório. Eles entendem o tradutor enquanto um sujeito que deixa suas marcas e sua voz no texto traduzido

A perspectiva contestadora passa a considerar o tradutor não mais como um mero transmissor, uma ponte, estável e imutável, nessa perspectiva o tradutor passa a ser visto como um sujeito presente na tradução e a concepção de fidelidade é compreendida de outro modo, percebe-se que nessa concepção a tarefa do tradutor não é mais de transporte, mas de leitura de uma determinada mensagem, no qual essa leitura trará marcas da história e das condições de produção em que esse leitor se encontra. (NETTO, 2008, pag. 24).

Contudo, de acordo com Boito (2013) essa concepção coloca o tradutor não apenas a observar o texto e as pistas que ele fornece, mas verificar também fatores externos, nisto o tradutor não busca o sentido contido no texto, mas faz interpretações a partir de todo o contexto em que a tradução está inserida.

Segundo Aubert (1989) a tradução é a expressão em língua de chegada de uma leitura feita em língua de partida por um determinado indivíduo, sob determinadas condições de recepção e de produção. (BOITO, 2003, p17). É possível então dizer que, nessa perspectiva, a tradução acontece enquanto materialização de uma das possíveis leituras e o tradutor enquanto sujeito sócio-histórico exposto em determinadas condições de leitura apresenta uma das possíveis interpretações do texto de partida.

Ao examinarmos essas indicações feitas por Aubert (1989), percebemos que a tradução não tem como objetivo recuperar o sentido expresso no texto, mas apontar para uma tradução enquanto leitura do tradutor, desse modo, a tradução é encarada como outro texto. Arrojo (1989) em seus estudos vem na mesma linha de Aubert (1989), ao dizer que a tradução acontece a partir das interpretações, ainda que provisórias do tradutor, ela diz que provisórias porque essas interpretações não são únicas ou definitivas. A autora ainda acrescenta que o tradutor, constrói os sentidos de um texto, sendo assim, o tradutor age sobre o texto e ao mesmo tempo o modifica durante processo tradutório.

Boito (2013) alerta que os autores que defendem essa concepção de tradução sinalizam não só para a criação de um novo texto a partir de um gesto de leitura (AUBERT, 1989), mas também para a indeterminação do sentido, conforme postula Derrida (2001). Desse modo, o papel do tradutor não pode ser encarado como de

transporte de mensagens ou conteúdos, mas deve contemplar seu caráter autoral, ativo e transformador, agindo sobre o texto a ser traduzido. Nesse sentido Boito ainda afirma que:

Se pensarmos que o tradutor exerce um papel ativo na leitura e na produção da tradução, não podemos negar que sua voz estará sempre presente no texto traduzido, em todas as suas escolhas. Trata-se de um processo de decisão no qual o tradutor se vê em meio a diferenças e, na busca por termos que sejam coerentes com sua leitura do texto de partida, encontra-se no entre-lugar da indeterminação, em um caminho onde os aspectos culturais e ideológicos operam ativamente, materializando a voz de um sujeito inserido em uma sociedade, na história e sinalizando para o fato de que esse tradutor não é dono e controlador do seu dizer, mas o resultado de uma série de vozes que o atravessam e o constroem. (BOITO, 2013, pg.18)

Portanto, diante dessa compreensão em relação à perspectiva contestadora, podemos concluir que para os autores dessa perspectiva o sentido é construído durante o processo tradutório, então, não temos um único sentido, mas um sentido possível, e essa interpretação fica a cargo do tradutor enquanto leitor realizar, também, não é possível dizer que há uma neutralidade, pois a voz e a subjetividade do tradutor sempre estarão de algum modo presente de acordo com as decisões em que tomar, transformando o texto a ser traduzido.

Ao compreendermos essas concepções teóricas, podemos entender melhor o processo em que os estudos sobre a tradução e interpretação de Língua de Sinais passam, e investigar o que se diz sobre a fidelidade nas principais publicações que colocam o assunto em discussão. Esse é o assunto da próxima seção.

3. A Fidelidade e os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais

Nos dias atuais a busca pela fidelidade ainda é algo que assombra os profissionais TILS, pensando nisso propomos essa análise textual a partir das produções científicas e de materiais que orientem sobre a questão da fidelidade relacionada aos TILS e sua atuação.

Para podemos problematizar essas concepções tomou se como base os seguintes materiais.

Quadros, R. M de. O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
--

O código de ética dos intérpretes de Libras, aprovado em 1992.
--

Pires, Cleidi I. Questões de fidelidade na interpretação de Língua de Sinais. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Maria. 1999.

Rosa, Andréa da Siva. Entre a visibilidade da Tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete. Dissertação de Mestrado em educação, Universidade estadual de campinas, 2005.
--

A escolha pela seleção destes trabalhos e seus respectivos autores, se deu por consideramos que os mesmos são norteadores que subvencionam os estudos da questão da fidelidade na interpretação de língua de sinais e nos proporcionam uma análise acerca da temática, pois, desta forma, por meios de suas pesquisas, oferecem-nos uma série de conclusões, que por sua vez, solidificam o conteúdo deste trabalho.

Como na primeira perspectiva apresentada acima, a tradicional, durante muito tempo se afirmou que o intérprete de Língua Brasileira de Sinais, devia ter uma postura neutra, imparcial, buscando assim alcançar a fidelidade, essa fidelidade era muitas vezes entendida como uma tradução literal, uma tradução de palavra por palavra. Além disso, a fidelidade que se buscava era também o modo de nivelar a qualidade da interpretação.

Pretendemos agora comentar e refletir sobre as três produções e que elas têm a nos dizer sobre a fidelidade. O primeiro deles é o livro de Quadros, “O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais Língua Portuguesa.” esse material desde 2001 com sua primeira edição é a principal referencia enviada as escolas públicas de todo o País, onde temos a presença de TILS e o tem como objetivo servir de base a atuação do intérprete do contexto educacional.

Hoje já é possível encontrarmos outras publicações, mas para o Ministério da Educação este ainda é considerado o material de orientação. Além disso, esse material trás o código de ética dos intérpretes de Libras, aprovado em 1992, que até hoje é conhecido e citado por muitos intérpretes, devido à maior circulação desse material.

Os outros materiais que serviram de base para essa discussão são as dissertações de Pires (1999) e Rosa (2005), dissertações que foram mapeadas por Santos (2013), em sua tese que trás um estado da arte, das dissertações e teses sobre Interpretação de Línguas de Sinais no período de 1990 á 2010. Diante de todos os trabalhos mapeados por Santos que haviam sido produzidos nesse período encontramos esses dois que apresentam a questão principal de debate desse artigo.

O livro “O Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais” de Quadros 2001, disponível no Portal do MEC, como dito anteriormente ainda é uma referência para os profissionais de todo o país, principalmente para locais que estão longe dos grandes centros de formação, mas que precisa de profissionais para atender as demandas de trabalho, esse material em umas das suas sessões ao apresentar o papel do intérprete diz:

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS, 2004, p. 28).

Percebemos que a fidelidade aqui é encarada pela autora como um princípio ético, caso qualquer desvio que aconteça estaria desrespeitando esse princípio. Há ainda no livro de Quadros (2004) um Código de ética que segundo a autora foi aprovado em 1992 no II Encontro Nacional de Intérpretes que aconteceu no Rio de Janeiro, seria o instrumento de orientação profissional para o Intérprete em suas interações. Segundo a autora o Intérprete tem a responsabilidade pela **veracidade e fidelidade** das informações, o Código de ética em seu artigo 7º fala:

7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discricção, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

No contraponto, Rosa (2005) afirma essa visão que repercutiu na área da tradução, que segundo ela ignora a presença do tradutor, mantendo a ilusão de tradutor enquanto mero transmissor;

Uma visão bastante difundida sobre o ato de traduzir é que ao realizar o seu trabalho o tradutor deveria tornar-se um mero canal para permitir a passagem de uma língua para outra, como se o tradutor, fosse um “mal necessário” em situação plurilíngüe. Ainda hoje, o senso comum sustenta a idéia de que para

traduzir basta saber falar duas ou mais línguas, a correspondência das palavras, da gramática e dos idiomatismos, ignorando a pessoa do tradutor, mantendo a ilusão de uma possível invisibilidade do tradutor no processo tradutório. (ROSA, 2005 pag. 62)

Essa cobrança pela imparcialidade e fidelidade nos mostra a relação complexa que profissional acaba se encontrando, por sua vez, no depoimento de Pereira (2008) ao narrar sobre sua experiência esta situação fica evidente:

Sinto-me, como intérprete, oscilando entre extremos, pois fui educada para ser um passivo canal por onde as informações deveriam passar, sem nenhuma interferência de minha subjetividade. Percebo, porém, que estou presente como sujeito no ato tradutório, com minhas vivências, minha personalidade, minha experiência e bagagem cultural. Ser intérprete é ser, intrinsecamente, um profissional atormentado por ter que estar presente no ato de linguagem e fingir-se invisível algo ainda mais difícil para um intérprete de uma língua que é percebida prioritariamente pelo canal visual e, por não poder ser o 'eu' nem o 'tu' plenamente, por estar sempre em uma posição instável e escorregadia de um simbiótico locutor-interlocutor. Estes conflitos são maximizados por estereótipos dos quais é difícil nos livrarmos, tais como o velho e sussurrado "traduttori, traditton", que coloca a minha profissão sob permanente desconfiança, pois, se algo vai mal no ato de linguagem, o primeiro a ser apontado como culpado é o intérprete. (PEREIRA, 2008, p. 26).

É possível perceber nesse pequeno fragmento a dualidade em que o intérprete se encontra de um lado a busca por não corromper os princípios éticos que lhe fora ensinado, e do outro lado a sua subjetividade a sua existência naquele contexto de interpretação.

Lacerda(2010) define que é exatamente neste terreno pantanoso e plural que atua o TILS, a autora diz que o intérprete precisa eleger sentidos que lhe parecem mais promissores para serem transpostos para outra língua a cada momento. Ao contrário do que sempre se afirmou, para a autora o TILS sempre está em uma posição, longe de ser neutra, Lacerda ainda afirma que:

O intérprete não é alguém passivo, um instrumento que verte de uma língua a outra, automaticamente, palavras. É um interlocutor ativo, que, buscando compreender os sentidos pretendidos pelo locutor, justamente por ter uma escuta plural, elege aqueles mais pertinentes e os verte para a língua-alvo. Trabalha ativamente na compreensão de sentidos em uma língua e na produção destes mesmos sentidos na outra.(LACERDA,2010, pag.147)

Nesse sentido, vemos que o TILS não é mais encarado como um ser inerte ao contexto de seu ofício, mas um interlocutor, que precisa tomar decisões, fazer escolhas, não para colocar suas impressões, mas para avaliar as escolhas de sentido ao verter de uma língua a outra.

Rosa (2005) em seu trabalho de dissertação nos apresenta um exemplo, segundo a autora, o intérprete ansioso por ser “fiel” e na ilusão de que as palavras são traduzíveis cai na cilada da tradução do português para a Libras, fazendo traduções que mudam completamente o sentido do Português, ela nos apresenta a seguinte frase: *A pobreza é muito séria(em português)*, que interpretada ficou da seguinte forma: *POBRE SÉRIO (em língua de sinais)*. Segundo a autora, pensa-se, normalmente, que a tradução fiel é a literal. Mas no exemplo, as palavras e os sinais foram os mesmos, porém o sentido foi transformado e a tradução para a língua de sinais ficou fora do contexto de que se havia falado. Rosa explica:

Falava-se sobre a educação dos surdos no Brasil, e a palestrante explicava que o problema maior não estava na surdez e, sim, em ser pobre, pois surdos que tiveram acesso a melhores recursos apresentavam desempenho escolar semelhante ao ouvinte. A tradução poderia ter sido: *Pobre problema difícil.* (ROSA, 2005 pag. 125)

Percebemos nesse caso que a fidelidade não está na transposição das palavras para os sinais, há algo mais complexo, onde a transposição de signos não sustenta o sentido no texto de chegada a partir do texto de partida. Rosa (2005) afirma que o compromisso de fidelidade requer do tradutor a busca de um equilíbrio entre a alteridade e a identidade com o original. Rosa (2005) ainda fala que esse compromisso não se restringiria somente na relação texto original e intérprete, mas existiria a preocupação de ser fiel às expectativas e às necessidades do público.

Nesse sentido, fica claro que a autora está apresentando um olhar a partir da perspectiva contestadora, no qual, a interpretação não é uma tarefa mecânica, onde o intérprete tem como objetivo, substituir palavras de uma determinada língua para a outra. Mas aqui, o profissional tem uma função singular em que sua atividade é decisiva e reflexiva em todo tempo.

A pesquisa de Rosa (2005) ainda questiona a noção de que tudo seria possível de traduzir, diante das considerações da autora é possível inferir alguns aspectos, o primeiro deles se relaciona com a perspectiva contestadora, pois segundo a autora, as decisões tradutórias são sempre vias possíveis para uma tradução em determinada Língua, uma segunda relação que podemos fazer é que para a autora não há uma “verdade tradutória”.

No Trabalho de Pires(1990), “o intérprete deve conhecer as minúcias da língua-fonte e da língua-meta para, além de captar o conteúdo, se aproximar das intenções do autor. A autora afirma que não há equivalências absolutas na interpretação, portanto

algumas expressões podem ser traduzidas de duas ou mais maneiras”(PIRES, 1999, p. 31).

Fundamentada pelos autores de seu trabalho, por exemplo, Aubert (1993), Pires, diz que o termo fidelidade pode ser substituído pelo sinônimo de legitimidade, afirmando que há oscilações à fidelidade no ato interpretativo:

A fidelidade na tradução [interpretação] caracteriza-se, pois, pela conjunção de um certo grau de diversidade com um certo grau de identidade; ela será não por deficiência intrínseca ou fortuita, mas por definição, por essencialidade, um compromisso (instável) a essas duas tendências aparentemente antagônicas, atingindo sua plenitude nesse compromisso e nesta instabilidade.

Em sua dissertação de mestrado, Pires, com o objetivo de verificar como se apresenta a cosmovisão do intérprete durante a transmissão das informações em LIBRAS, a autora busca avaliar qual seria o nível de fidelidade das informações transmitidas pelo intérprete às pessoas surdas.

A pesquisa contou com três intérpretes de três localidades diferentes, que pela qual, ela chamou de “primeiro intérprete”. Posteriormente, cada um executou uma interpretação de dois textos para três surdos, somando seis textos. No entanto, somente um surdo recontou os textos em sinais, gravando em um vídeo.

Com a abordagem qualitativa e com intuito de verificar a fidelidade da interpretação de língua portuguesa para a língua de sinais, outros três intérpretes, que ela chamou de “segundo intérprete”, traduziram o texto sinalizado pelo surdo da Língua portuguesa para a língua de sinais registrando assim o trabalho explorado.

Pires mostra que no decorrer de seu estudo, buscou-se conferir se no ato interpretativo apresentado aos surdos, ocorreu alguma marca pessoal nas interpretações por parte dos intérpretes, como questões de ideologias, parcialidade, emoções que pudessem comprometer a tradução, considerando por ela como a fidelidade no contexto interpretativo.

Desta forma, observou-se que no processo de interpretação, houve alguns elementos que foram destacados na análise e na discussão. Uma das questões marcantes, foi o fato dos participantes terem preservados informações do conteúdo do texto, ao mesmo tempo, apresentaram algumas interferências subjetivas no decorrer de suas atuações, porém não profundas.

Presumiram-se também algumas alterações por parte do sujeito surdo no ato interpretativo, pois foram consideradas falhas em função da capacidade de memória,

que por sua vez, na parte da recontagem pelo surdo, o intérprete realizou com fidelidade a tradução do mesmo, respeitado –o.

É importante destacar que, nosso objetivo aqui, não é analisar, minuciosamente, cada elemento descritivo que levou a autora a essa percepção, mas abordar de forma sucinta e geral, o que se obteve como resultado.

Neste sentido, Pires (1999, p. 36), mostra que:

[...] a infidelidade está intimamente relacionada a algumas situações, nas quais, o intérprete utiliza termos, ideias que deturpam totalmente as intenções do autor no texto original ou suprime determinada informação do texto, seja por razão de desconhecimento ou lapso de memória.

Deste modo, percebe-se que há uma preocupação com o texto original, e a busca pela a intenção do autor, e que qualquer alteração, seja por desconhecimento, incompreensão ou mesmo uma dificuldade de memorização seria, portanto considerada infiel, reforçando aqui ao nosso entender uma perspectiva tradicional.

Pires, ao concluir sua pesquisa diz que a fidelidade na interpretação está presente mais na prática de profissionais intérpretes que estão envolvidos diretamente nos assuntos da educação de surdos ou estão em contato com eles, pois, neste sentido, apresentaram aspectos mais fieis nas interpretações. Parece-nos que autora define o fiel como a plenitude de informação ou equivalentes no texto alvo para o texto fonte, com uma visão ainda do texto original enquanto sagrado e único.

Conclusão:

A partir das análises feitas podemos entender que algumas perspectivas estão como plano de fundo nas discussões de Pires (1999), Quadros (2001) e Rosa (2005). A primeira na perspectiva do sujeito (a) o intérprete fiel seria aquele neutro e imparcial e a segunda na perspectiva do ato interpretativo (b) a interpretação considerada fiel é aquela que busca uma tradução palavra por palavra, e a terceira que nos parece mais recente na área da Língua de Sinais a perspectiva (c) do intérprete como sujeito presente no momento do ato interpretativo que precisa tomar decisões e considerar vários fatores que vão além de uma equivalência lingüística.

Justamente para que o TILS realize seu trabalho consciente, esse é um assunto que ainda precisa ser abordado e discutido, mas, não para uma busca de uma qualidade

baseada não seu distanciamento do texto original, mas na busca por sentidos que estejam relacionados a uma perspectiva linguística, mas também levando em conta fatores culturais e sociais.

O TILS, muitas vezes é surpreendido por termos e conceitos desconhecidos e entende-se que para além do conhecimento gramatical, importa conhecer os diferentes usos da linguagem e seu funcionamento em diversos contextos. Desse modo, nos apoiamos em Arrojo (1986), ao dizer que “Se pensamos a tradução como um processo de recriação ou transformação, como podemos falar em fidelidade?”

O ofício de tradutores e “um comercio íntimo e constante com a vida”, como diz Valely Larbaud. Não é de forma alguma um jogo de paciência, com palavras mortas e fichadas para sempre. (RONÁI, 1952 apud ROSA 2005, p.66). É exatamente este pensamento que surge para tentarmos entender o que chamamos de ser “fiel”, considerando a complexidade dos processos práticos de tradução em todos os cenários em que se apresentam.

Referências:

ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.

ARROJO, Rosemary. **Tradução, desconstrução e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

AUBERT, Francis Henrik. A fidelidade no processo e no produto do traduzir. **Trabalhos de Linguística Aplicada**, Campinas, SP, n. 14, p. 115-119, jul/dez. 1989.

BENJAMIN, W. **A tarefa renúncia do tradutor**. In: HEIDERMANN, W. (Org.). *Clássicos da Teoria da Tradução*. Trad. de Susana K. Lages. Florianópolis: Ed. daUFSC, 2001. p. 188-215

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos**. *Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [36]: 133 - 153, maio/agosto 2010*

LUCHI, Marcos. **Interpretação de descrições imagéticas: onde está o léxico?** Florianópolis, SC. 2013.

NETTO, Angela Derlise Stübe. **Traduzir é preciso: reflexões sobre a tarefa do tradutor**. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 7, n. 1, p. 20-34, 2008

NICOLOSO, Silvana. **O intérprete de língua de sinais no ensino superior: vivências de tradução**. Florianópolis, SC. 2008.

PERLIN, Gládis. **História de Vida Surda: Identidades em questão.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

PIRES, Cleidi I. **Questões de fidelidade na interpretação de Língua de Sinais.** Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Maria. 1999.

ROSA, Andréa da Siva. **Entre a visibilidade da Tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete.** Dissertação de Mestrado em educação, Universidade estadual de campinas, 2005.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEE, 2001.

RODRIGUES, Carlos Henrique, **A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira [manuscrito] : efeitos de modalidade e processos inferenciais /** Carlos Henrique Rodrigues. – 2013.

SANTOS, Silvana Aguiar. **Os intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades.** Florianópolis, SC 2006.

SANTOS, Silvana Aguiar . **A tradução e interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010.** PGET, Florianópolis, SC, 2013.